

Aumento dos conflitos no campo é resultado do abandono da Reforma Agrária

Uso político do Incra é um dos motivos que impede esta instituição de cumprir o seu papel: garantir terra a quem precisa dela para viver com dignidade

A não realização da Reforma Agrária no Brasil é um dos fatores responsáveis pelo país ser um dos campeões mundiais de conflitos por terra. E estes conflitos não param de crescer. Mais de 4% do território brasileiro – o equivalente a 37 milhões de hectares – teve conflitos de terra no ano passado, conforme o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre conflitos no campo em 2017.

Em 2016 as terras em conflito somavam 21 milhões de hectares. Em 2008 eram 8 milhões. O tamanho do território em disputa aumentou mais de quatro vezes em dez anos. A região Norte concentrou 85% das áreas em conflito em 2017, ou 31 milhões de hectares. Com 8,3 milhões de hectares, o Pará foi o terceiro estado com a maior quantidade de conflitos agrários em 2017, atrás do Amazonas (11,5 milhões de hectares) e de Roraima (9,6 milhões de hectares).

Segundo uma reportagem do *De Olhos Ruralistas*, 2017 foi marcado também pelo retorno, após 20 anos, dos grandes massacres. Em Pau D'Arco, no Pará, foram dez camponeses mortos, em maio.

Esta triste e inaceitável realidade de crescentes conflitos, mortes e chacinas no campo, especialmente na Amazônia, deve-se à escolha feita pelos representantes dos Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) de defenderem os interesses

dos grandes produtores (como os sojeiros). Neste modelo, **pequenos agricultores, assentados, agroextrativistas, dentre outros - que, verdadeiramente, produzem alimentos neste país e estão na linha de frente da resistência ao avanço do agronegócio sobre a floresta e os territórios coletivos e tradicionais - não têm espaço. Eles foram abandonados pelo Estado.** É assim também aqui, na nossa região do Baixo Amazonas.

E o Incra, o que tem a ver com isso?

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, como o próprio nome diz, é o órgão estatal do Brasil responsável pela efetivação da tão sonhada e necessária Reforma Agrária. No entanto, parece que ele nunca esteve tão distante de cumprir sua missão.

Com drásticos cortes em seus orçamentos e pessoal, sem estrutura adequada e com o abusivo uso político da instituição - constantemente transformada em palanque eleitoral por políticos - **o Incra atualmente atende mais os interesses dos grandes produtores do que do seu público-alvo original, ou seja, daqueles para o qual a instituição foi criada.**

Está claro que o governo federal, não só não tem interesse algum em fazer a Reforma Agrária como, ao contrário, está facilitando a “apropriação indevida” da

terra dos pequenos proprietários, moradores, posseiros pelos latifundiários. Isso leva a uma concentração de terra maior ainda no Brasil e, portanto, a mais desigualdade social.

Este processo de expulsão dos pequenos de suas terras acontece de várias formas: pela grilagem; pelo uso excessivo de agrotóxicos pelos sojeiros; pela falta de crédito e assistência que permita ao agricultor produzir, ter renda e permanecer na terra; pela violência.

Um outro exemplo de ação que prejudica muito os agricultores e assentados é o fato do Incra, em Santarém, priorizar a titulação individual em detrimento da coletiva. **Tanto o agronegócio como os grandes projetos, por exemplo de mineração, têm interesse nestas terras e estão por trás destas ações. Eles são ameaças reais às famílias de agricultores que vivem e querem continuar vivendo nos seus territórios.**

Por isso, é fundamental garantir a implementação do direito à terra e as políticas públicas necessárias para permitir que as famílias que vivem no campo e do campo tenham dignidade, como a emissão da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) às famílias que moram no PAE Lago Grande, em Santarém. **As famílias agricultoras só vivem bem e em paz se tiverem a certeza de que podem produzir seus alimentos na sua terra. ■**

Campanha “Não abra mão de sua terra” defende o seu direito ao Bem Viver

A lei de Regularização Fundiária das áreas rurais e urbanas (Nº 13.465), sancionada no início de 2017, trouxe muitas consequências negativas para os pequenos agricultores, como facilitar a grilagem e a regularização de terras adquiridas ilegalmente. Como resposta, em julho de 2017, foi lançada a campanha permanente “Não abra mão de sua terra”, promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) do Pará.

A campanha busca conscientizar e firmar parceria com todos os agricultores

para que não abram mão do seu pedaço de terra. Alguns fatores, como a falta de titulação da terra, a ausência de crédito e assistência, a expansão da pecuária e o uso excessivo de agrotóxicos por grandes produtores praticamente obrigam os pequenos produtores a venderem suas propriedades já que, neste caso, a terra fica infértil e é impossível aguentar o forte odor dos venenos.

Um dos graves problemas é que ao vender suas terras os agricultores vão viver na periferia das cidades, sem infraestrut-

tura adequada e são obrigados a comprar tudo, já que não terão mais como produzir sua roça, criar suas galinhas, porcos. Pra piorar, quando se arrependem, dificilmente, eles conseguirão comprar novamente um pedaço de terra pra viver. ■



PAE Lago Grande quer titulação coletiva da terra

Criado em 2005, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Gleba Lago Grande, em Santarém, mesmo após 13 anos da sua criação, não teve seu processo de regularização fundiária concluído.

As comunidades do PAE ainda esperam a emissão - em favor da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle) - do título de domínio coletivo por meio da assinatura de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Incra, ao contrário, tem concedido Contratos de Concessão de Uso (CCU), que são documentos individuais. Tal ação, além de não permitir a implementação das políticas de reforma agrária, como assistência e crédito, a que os assentados têm direito, enfraquece a luta dos comunitários pela titulação coletiva da terra e facilita sua venda para pessoas e empresas que não conhecem e muito

menos respeitam o modo de vida tradicional dos comunitários.

A indefinição quanto à conclusão do processo de regularização fundiária do PAE também deixa o assentamento vulnerável à pressão da expansão da fronteira de acumulação, especialmente no que se refere à apropriação ilegal de terras e madeira e, mais recentemente, à extração mineral.

A mineradora estadunidense Alcoa já apresentou diversas solicitações de prospecção e lavra no PAE Lago Grande e vem tentando firmar a sua instalação no território, estimulando a divisão dos moradores, com oferta de serviços, como transporte escolar, capacitações técnicas e recuperação de salas de aula, dentre outros, que deveriam ser de obrigação do poder público e não servir de moeda de troca para facilitar a entrada daquela empresa no PAE.

Para defender o território contra as diversas ameaças do direito à terra é fun-

damental concluir a regularização fundiária. O Incra precisa cumprir o seu dever e legitimar a titulação coletiva das terras do PAE Lago Grande e dos outros PAE.

O que está em jogo é a continuidade da forma de vida dos/as agricultores/as familiares, agroextrativistas, ribeirinho/as e povos indígenas em seus ambientes de vida e de relação com a floresta. Do outro lado, a ambição sem limites e os danos socioambientais e econômicos do agronegócio, da mineração, dos madeireiros.

Acreditar e participar desta luta contra a apropriação dos bens comuns e pressionar o Incra para que conceda o CCDRU é importante para firmar a resistência contra este modelo destruidor dos povos e da natureza, em nome de um "desenvolvimento" supostamente "sustentável".

A luta das comunidades do PAE Lago Grande é pela CCDRU, e elas não abrirão mão desse direito! ■

Por abuso político, Ministério Público Federal pede afastamento de superintendente do Incra

Mário Sérgio e seu irmão, o deputado Wladimir Costa (Solidariedade-PA), são acusados de improbidade por fazer da superintendência do Incra um palanque eleitoral para a família. O deputado também é investigado pelo Ministério Público Eleitoral.

No total, agora, 15 procuradores da República apresentaram ação à Justiça Federal pedindo o afastamento de Mário Sérgio, nomeado em setembro de 2017 por indicação do próprio irmão-deputado.

O processo, que tramita na 2ª Vara Federal em Santarém, reuniu provas, depoimentos e documentos que demonstram a utilização eleitoral da máquina pública do Incra pelos irmãos. A dupla distribuiu dezenas de contratos de concessão para

uso individual em áreas de titulação coletiva, o que fere as regras de assentamento de reforma agrária. As concessões eram entregues, junto com cestas básicas pelo deputado, seu irmão e seu filho, dentro dos assentamentos, em veículos do Incra.

Além do uso de dinheiro público dos programas da política de reforma agrária para promoção pessoal, a prática dos irmãos Costa pode configurar compra de votos, pelas promessas de cestas básicas e doações feitas às comunidades visitadas, que são crimes eleitorais.

Além da condenação por improbidade administrativa, o MPF quer a perda dos cargos públicos e direitos políticos, bem como a devolução dos valores desviados dos cofres públicos e o pagamento de

multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração atual. A decisão do MPF determina ainda multa de R\$ 50 mil caso Wladimir Costa apareça em qualquer evento oficial, atue em atividade do Incra ou até mesmo seja citado pelo órgão em qualquer meio de comunicação. ■



O deputado federal Wladimir Costa ficou nacionalmente conhecido por fazer uma tatuagem temporária com o nome do presidente Temer

DIVULGAÇÃO

REALIZAÇÃO



Sindicato dos Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais Santarém

FEAGLE

FETAGRI
Baixo Amazonas

APOIO

FASE
Programa Amazônia

FORD
FOUNDATION

FAOR

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
BRASIL